



CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais de Minas Gerais

Folha 1/21
Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA





CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos Industriais de Minas Gerais

Folha 2/21
Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS

CNPJ: 32.580.400/0001-00

Torna-se público que o Conselho Regional dos Técnicos Industriais de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria de Compras e Licitações, sediada na Avenida Portugal, 1080, bairro Jardim Atlântico, cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 31.560-000, realizará compra direta, na modalidade Dispensa de Licitação Nº 010/2026, na forma ELETRÔNICA, Processo Nº 020/2026 nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1 – OBJETO

1.1 Fornecimento de certificados digitais do tipo A3 com token USB, para o Conselho Regional dos Técnicos Industriais de Minas Gerais, critério de julgamento **menor preço do lote**, publicado no Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), observadas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESCRIÇÃO

CERTIFICADOS DIGITAIS TIPO A3 COM TOKEN USB

Características Mínimas:

1) CERTIFICADOS DIGITAIS (E-CPF E E-CNPJ):

- a) Ser do tipo A3, conforme padrão ICP-Brasil, destinados a pessoas físicas (e-CPF) e jurídicas (e-CNPJ);
- b) Ser gerados e armazenados exclusivamente em dispositivos token USB fornecidos pela CONTRATADA;
- c) Ser emitidos por Autoridade Certificadora (AC) credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil);
- d) Possuir nível de autenticação A3, garantindo maior segurança na geração e armazenamento das chaves;
- e) **Ter validade mínima de 2 (dois) anos, contados a partir da data de emissão;**
- f) Ser homologados e previamente testados nos serviços eletrônicos dos principais órgãos da Administração Pública Federal no âmbito da certificação digital brasileira;
- g) Atender plenamente às demandas de assinatura digital em sistemas da Administração Pública Federal, incluindo, mas não se limitando, a **gov.br, eSocial, e-CAC, fgtsdigital e compras.gov.br;**
- h) Permitir sua utilização para **assinatura de documentos “.pdf”**, e-mails, autenticação de cliente e logon em redes corporativas;



- i) Estar em conformidade com as últimas resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil.

2) TOKEN USB (DISPOSITIVO CRIPTOGRÁFICO):

- a) Ser um dispositivo criptográfico USB, homologado conforme os padrões da ICP-Brasil e do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI);
- b) Possuir **conector USB tipo A, versão 2.0 ou superior**, permitindo conexão direta à porta do computador, sem necessidade de interface intermediária (leitora);
- c) Deve seguir as regras de segurança de nível 3 (ou superior) do padrão FIPS 140-2 (ou superior), bem como às demais normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- d) Dispor de **capacidade mínima de armazenamento de 64 KB** para certificados e chaves privadas;
- e) Apresentar carcaça resistente à água e à violação;
- f) Deve reter dados por período igual ou superior a 10 (dez) anos;
- g) Suportar tecnologia de chave pública/privada (PKI) e realizar geração *onboard* de par de chaves RSA com, no mínimo, 2048 bits;
- h) Ser totalmente compatível com certificados digitais e-CPF/e-CNPJ tipo A3, com validade de no mínimo 2 (dois) anos, segundo padrão ICP-Brasil;
- i) Armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados em conformidade com as normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- j) Permitir a criação de senhas de acesso ao dispositivo conforme critérios estabelecidos pela CONTRATANTE;
- k) Suportar senhas com caracteres alfanuméricos;
- l) Possibilitar a geração de chaves protegidas por PIN (*Personal Identification Number*) composto por caracteres alfanuméricos;
- m) Permitir a gravação de chaves privadas e certificados digitais no padrão ITU-T X.509 versão 3, conforme RFC 2459 (ou superior);
- n) Armazenar as chaves privadas em repositório de dados próprio e controlado pela solução;
- o) Permitir a inicialização e reinicialização do token por meio do código PUK (*Personal Unlocking Key*);
- p) Ter a funcionalidade de bloqueio após tentativas sucessivas de autenticação com códigos inválidos.
- q) Permitir o gerenciamento do dispositivo, das chaves e das senhas;
- r) Permitir a importação e exportação de certificados;
- s) Ser compatível, no mínimo com as versões atualizadas do *MS Windows*, devendo também ser acompanhado da documentação técnica, manuais de uso e instalação.

Item	Lote Único	Unid.	Quant.
01	CERTIFICADO DIGITAL E-CPF TIPO A3 COM TOKEN USB E VALIDADE MÍNIMA DE 2 (DOIS) ANOS	Unidade	30
02	CERTIFICADO DIGITAL E-CNPJ TIPO A3 COM TOKEN USB E VALIDADE MÍNIMA DE 2 (DOIS) ANOS	Unidade	03



1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 A dispensa de licitação será realizada em lote único, composto por 2 (dois) itens, devendo o licitante apresentar proposta para a integralidade do lote, não sendo admitida proposta parcial.

2 – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 O Fornecimento de Certificados Digitais com Token USB, dotados de validade jurídica, para o Conselho Regional dos Técnicos Industriais de Minas Gerais (CRT-MG), justifica-se pela necessidade de assegurar elevados padrões de segurança, autenticidade e confiabilidade no tratamento das informações no âmbito da administração pública. A utilização desses certificados é imprescindível para garantir a integridade, a confidencialidade e a autenticidade dos documentos e das transações eletrônicas realizadas pelo CRT-MG, mitigando riscos de fraudes, acessos indevidos e alterações não autorizadas. Ademais, a adoção dessa tecnologia está em conformidade com os padrões estabelecidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), o que assegura a validade jurídica dos atos praticados em meio eletrônico e fortalece a governança digital da instituição. Dessa forma, contribui-se para a modernização dos processos administrativos, o aumento da eficiência operacional e o atendimento às normativas legais vigentes.

4 – DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar deste processo os interessados previamente credenciados no Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

4.1.1 O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

4.2 O licitante se responsabiliza, de forma exclusiva e formal, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da Dispensa de Licitação por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

4.4 Não poderão disputar esta Dispensa de Licitação:



- 4.4.1** Aquele que não atenda às condições deste Termo de Referência e de seus anexos.
- 4.4.2** O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a Dispensa de Licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 4.4.3** A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou a empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 4.4.4** A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da Dispensa de Licitação, impossibilitada de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe tenha sido imposta.
- 4.4.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.4.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 4.4.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Termo de Referência, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 4.4.8** Agente público do órgão ou entidade licitante.
- 4.4.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 4.4.10** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da Dispensa de Licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação aplicável.
- 4.5** O impedimento de que trata o item 4.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.6** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.4.2 e 4.4.3 poderão participar do apoio às atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.7** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.8** O disposto nos itens 4.4.2 e 4.4.3 não impede a Dispensa de Licitação ou a contratação de serviço que inclua, como encargo do contratado, a elaboração do projeto básico e do projeto



executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9 Em Dispensas de Licitação e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional, com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10 A vedação de que trata o item 4.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 O licitante **provisoriamente classificado em primeiro lugar** deverá encaminhar, mediante solicitação do Agente de Contratação, através do sistema eletrônico, os seguintes documentos:

5.1.1 Documento de Proposta de Preço, devidamente ajustado ao último lance, contendo o **valor total do lote, o valor total de cada item e o valor unitário de cada item**, em algarismos e expresso em moeda corrente nacional, bem como a descrição do objeto, em conformidade com as especificações do Termo de Referência e demais documentos anexos, além das demais informações pertinentes à proposta. O documento deverá ser anexado, preferencialmente, em formato “.pdf”.

5.1.2 Catálogo Técnico, em formato digital, referente aos itens ofertados, contendo marca, modelo e as especificações técnicas completas, conforme as exigências deste Termo de Referência. O documento deverá ser anexado preferencialmente em formato “.pdf”.

5.1.2.1 O catálogo deverá comprovar que os itens ofertados atendem às especificações técnicas solicitadas no Termo de Referência. Informações genéricas, incompletas ou divergentes da proposta poderão implicar na desclassificação do licitante.

5.1.3 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital.

5.1.4 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar os prazos estabelecidos para o encaminhamento de documentação, mediante solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo concedido.

5.1.5 Em caso de não envio dos documentos no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será desclassificada/inabilitada.

Subcontratação:

5.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, exceto nas situações previstas no item 6.

6 – EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 **O fornecimento dos itens integrantes do lote ocorrerá SOB DEMANDA, CONFORME A NECESSIDADE DO CONTRATANTE**, não ficando este obrigado a contratar todos os itens do lote



nem a contratar a quantidade total estimada para cada item, caso venha a demandar apenas item específico ou itens em quantidades inferiores às estimadas, podendo ainda, ocorrer a solicitação de unidade(s) dos itens de forma isolada.

6.2 O prazo para entrega dos itens, independentemente das quantidades solicitadas, será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação formal do CONTRATANTE.

6.3 A CONTRATADA deverá dispor de unidade própria localizada no município de Belo Horizonte/MG, ou dispor de parceiro credenciado com unidade localizada no município de Belo Horizonte/MG, de modo a atender plenamente a necessidade do CONTRATANTE durante toda a vigência contratual, tendo em vista a eventual necessidade de validação presencial para pessoa cujos dados biométricos ainda não estejam cadastrados nas bases utilizadas para validação online por videoconferência, ou outra situação que venha impossibilitar a validação online.

6.4 O processo de validação PODERÁ ser realizado de forma PRESENCIAL, nas dependências da CONTRATADA, com a entrega imediata do token contendo o certificado já validado, DESDE QUE a CONTRATADA disponha de unidade localizada no município de Belo Horizonte/MG ou disponha de parceiro credenciado com unidade localizada no município de Belo Horizonte/MG, de modo a atender a demanda do CONTRATANTE, CASO CONTRÁRIO, a validação deverá ocorrer na modalidade ONLINE POR VIDEOCONFERÊNCIA, seguida da entrega do token com o certificado já validado diretamente no endereço do CONTRATANTE, ressalvado o exposto no item 6.3.

6.5 A entrega do objeto poderá ocorrer de duas formas:

a) Entrega diretamente na sede do CONTRATANTE, situada na Avenida Portugal, nº 1080, Bairro Jardim Atlântico, Belo Horizonte/MG, CEP 31.560-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 12h e de 13h às 17h, excetuados os feriados e pontos facultativos, ressalvado o exposto no item 6.3;

b) Mediante retirada pelo CONTRATANTE nas dependências da CONTRATADA, DESDE QUE a CONTRATADA disponha de unidade localizada no município de Belo Horizonte/MG ou disponha de parceiro credenciado com unidade localizada no município de Belo Horizonte/MG.

6.5.1 A exigência de que a CONTRATADA disponha de unidade localizada no município de Belo Horizonte/MG ou disponha de parceiro credenciado com unidade localizada no município de Belo Horizonte/MG, para fins de retirada e validação presencial, justifica-se a fim de atender aos casos em que não é possível a validação online por videoconferência, levando-se em consideração a localização do CONTRATANTE, que está localizado em Belo Horizonte/MG, e a necessidade de se assegurar uma maior celeridade na validação e na emissão dos certificados digitais.

6.6 Todos os custos relacionados ao fornecimento, inclusive fretes, transportes e quaisquer encargos logísticos, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

Garantia, manutenção e assistência técnica:

6.7 O prazo de garantia contratual será de, no mínimo, 02 (dois) anos, quando se tratar de certificados com validade de 02 (dois) anos, ou por todo o período de validade do certificado, quando este for superior a 02 (dois) anos. A referida garantia constitui complemento à garantia legal e terá início no primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, desde



que atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Certificados digitais devidamente emitidos, validados, entregues e em pleno funcionamento, conforme especificações deste Termo de Referência;
- b) Dispositivos criptográficos do tipo token USB entregues e em pleno funcionamento, conforme especificações deste Termo de Referência.

6.8 A garantia abrangerá integralmente o objeto contratado, incluindo tanto os certificados digitais quanto os dispositivos token USB.

6.9 Caso a garantia do fabricante seja inferior ao prazo estabelecido, caberá à CONTRATADA complementá-la até o limite mínimo exigido.

6.10 A garantia será prestada com o objetivo de assegurar o pleno funcionamento do objeto, sem quaisquer ônus adicionais ao CONTRATANTE.

6.11 Os itens que apresentarem vícios ou defeitos durante o período de garantia deverão ser substituídos por outros novos, originais e de primeiro uso, com desempenho igual ou superior ao inicialmente fornecido, no prazo máximo a ser definido pelo CONTRATANTE.

6.12 O prazo de garantia, legal ou contratual, é autônomo em relação à vigência do contrato, subsistindo independentemente de seu término, inclusive para fins de responsabilização da CONTRATADA por eventuais descumprimentos.

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas pactuadas e as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, devendo tais situações ser formalizadas por meio de apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade contratante e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir essa formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção imediata de providências que se façam necessárias.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para reunião inicial, destinada à apresentação do Plano de Fiscalização, que conterà informações sobre: Obrigações contratuais; Mecanismos e estratégias de fiscalização e execução; Plano complementar de execução, quando houver; Métodos de aferição de resultados; Sanções aplicáveis e demais aspectos pertinentes.

7.6 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela fiscal do contrato, Sra. Junia Aparecida Silva Matos, ou por seu substituto, Sr. Eric Fabrisio da Silva Marchiori, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7 O fiscal técnico do contrato deverá acompanhar a execução de forma a assegurar o cumprimento integral das condições estabelecidas e a alcançar os melhores resultados para a



Administração (art. 22, VI, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.1 Registrará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relevantes, descrevendo as medidas necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 117, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 22, II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.2 Identificada inexatidão ou irregularidade, notificará a contratada para correção da execução, fixando prazo para saneamento (art. 22, III, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.3 Comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, as situações que demandarem decisão ou providência fora de sua competência (art. 22, IV, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.4 Na hipótese de ocorrência que possa comprometer o cumprimento do cronograma, informará imediatamente o gestor do contrato (art. 22, V, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.5 Informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, sobre o término da vigência contratual, visando à renovação ou prorrogação, quando cabível (art. 22, VII, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8 A fiscal administrativa do contrato, Sra. Camila Sthefany Rosa Medeiros, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada e acompanhará o empenho, pagamentos, garantias, glosas, bem como a formalização de apostilamentos e termos aditivos, podendo solicitar documentos comprobatórios pertinentes (art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1 Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, atuará para a solução tempestiva do problema, comunicando o gestor do contrato quando a situação extrapolar sua competência (art. 23, IV, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9 A gestora do contrato, Sra. Carine Lamounier Silva de Araújo, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo os registros formais da execução no histórico de gerenciamento — incluindo ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações — e elaborará relatório destinado à verificação da necessidade de adequações contratuais para alcance da finalidade administrativa (art. 21, IV, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.1 Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando no relatório de riscos eventuais problemas que possam afetar a liquidação e o pagamento da despesa (art. 21, III, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2 Acompanhará os registros realizados pelos fiscais quanto à execução contratual e às providências adotadas, comunicando à autoridade superior as situações que excedam sua competência (art. 21, II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.3 Emitirá documento comprobatório da avaliação dos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações da contratada, mencionando desempenho, indicadores aferidos e eventuais penalidades aplicadas, com registro no Cadastro de Atesto de Cumprimento de Obrigações (art. 21, VIII, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.4 Adotará as medidas necessárias à formalização de processo administrativo de responsabilização, para aplicação das sanções cabíveis, a ser conduzido pela comissão ou setor competente (art. 21, X, do Decreto nº 11.246, de 2022, e art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021).



CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais de Minas Gerais

Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

7.10 O fiscal administrativo comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da vigência contratual sob sua responsabilidade, visando à renovação ou prorrogação tempestiva, quando cabível (art. 22, VII, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11 O gestor do contrato elaborará relatório final contendo informações sobre o alcance dos objetivos que motivaram a contratação e eventuais medidas para o aprimoramento das atividades da Administração (art. 21, VI, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.2 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e da proposta, devendo ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.3.1 Para contratações de despesas cujos valores não ultrapassem o limite do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para recebimento definitivo será de 5 (cinco) dias úteis.

8.3.2 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto a dimensão, qualidade ou quantidade, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5 O prazo para solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

8.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto, nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

8.7 Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para liquidação, prorrogável por igual período, nos termos do § 2º do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.7.1 O prazo de liquidação será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de



prorrogação, nas contratações de despesas de menor valor, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8 Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresenta os elementos essenciais, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus ao contratante.

8.10 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso, mediante apresentação dos documentos previstos no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11 A Administração poderá consultar o SICAF para verificar: a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência; possível razão impeditiva à participação em licitação ou proibição de contratar com o Poder Público.

8.12 Constatada irregularidade fiscal junto ao SICAF, a contratada será notificada, por escrito, para regularizar sua situação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, a critério da Administração.

8.13 Não regularizada a situação ou considerada improcedente a defesa, a Administração comunicará os órgãos fiscalizadores e adotará as medidas cabíveis, inclusive rescisão contratual.

Prazo de pagamento:

8.14 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.15 Em caso de atraso no pagamento pela Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo índice IPC-A, desde o termo final do prazo até a efetiva quitação.

Forma de pagamento:

8.16 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.17 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.18 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



8.18.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.18.1.1 - Conforme IN 1234/2012 e alterações propostas pela IN 1540/2015 da SRF, as retenções tributárias obedecerão às seguintes regras;

8.18.1.1.1 - Optantes pelo Lucro Presumido e Lucro Real:

- a) Para mercadorias/equipamentos: 5,85% (PIS – 0,65%, COFINS – 3%, CSLL – 1% e IR – 1,20%);
- b) Para serviços: 9,45% (PIS – 0,65%, COFINS – 3%, CSLL – 1% e IR – 4,80%); e
- c) ISS conforme Lei Complementar 116/2003 e respectivas derivações municipais.

8.18.1.1.2 - Optantes pelo Simples Nacional:

- a) ISS conforme Lei Complementar 116/2003 e respectivas derivações municipais.

8.18.1.2 - Em casos de fornecimento de materiais ou serviços que contenham descrição específica nas legislações citadas, vide Anexo I da IN 1234/2012.

8.19 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 – REAJUSTE

9.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.1.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do índice IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.4 Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



9.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

10 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Compra Direta, na modalidade Dispensa de Licitação, sob a forma ELETRÔNICA, adotando-se o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO LOTE.

Exigências de habilitação:

10.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

10.3 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente com validade nacional;

10.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, com verificação de autenticidade no Portal do Empreendedor (www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor).

10.6 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.10 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.11 **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF), Declaração de



CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais de Minas Gerais

Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

Aptidão ao Pronaf (DAP) válida ou outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023

10.12 Produtor Rural: Cadastro Específico do INSS (CEI) para equiparados a empresa desobrigados da inscrição no CNPJ, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022.

10.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

10.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

10.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 6.150,00 (seis mil cento e cinquenta reais)**, conforme valores constantes do Mapa Estimativo de Preços, elaborado com base em pesquisa de mercado, observados os princípios da economicidade e da ampla concorrência.

11.2 O Mapa Estimativo de Preços integra este Termo de Referência como Anexo, servindo como



referência para o julgamento das propostas, sem vincular a Administração ao pagamento do valor total estimado, caso ao longo da vigência contratual não haja a efetiva demanda pelas quantidades totais dos itens.

11.3 A Administração reserva-se o direito de não contratar a totalidade dos itens ou as quantidades totais estimadas, limitando-se à sua necessidade efetiva durante a vigência contratual.

11.4 O pagamento deverá ocorrer de forma proporcional às quantidades efetivamente demandadas e entregues de cada item durante a vigência contratual.

11.5 Os preços unitários e totais propostos não poderão ser superiores aos valores de referência do Mapa Estimativo de Preços.

12 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.

12.2 Receber o objeto nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

12.3 Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para substituição, reparo ou correção, no todo ou em parte, às suas expensas.

12.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada.

12.5 Comunicar a contratada para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa do objeto, em caso de controvérsia quanto a dimensão, qualidade ou quantidade, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.6 Efetuar o pagamento do valor correspondente ao fornecimento do objeto, nos prazos, forma e condições estabelecidos.

12.7 Aplicar à contratada as sanções previstas na legislação e neste Termo de Referência.

12.8 Comunicar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual pela contratada.

12.9 Decidir sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período mediante motivação.

12.10 Analisar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

12.11 Notificar os emitentes das garantias sobre o início de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual.

12.12 Não responder por compromissos assumidos pela contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos da contratada, seus empregados ou prepostos.



13 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do Contratado:

13.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

13.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

13.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

13.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista



em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

13.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Termo de Referência.

13.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14 – GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas, observada a gravidade da conduta e a proporcionalidade da medida, as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 15.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 15.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, quando justificarem a imposição de penalidade mais grave;
- IV. Multa, nos seguintes termos:

- 1. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor total do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida;
 - i. o atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato, na forma do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 4. multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial, a depender da gravidade da infração e do prejuízo causado à Administração.

15.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Contratante.

15.4 As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

15.4.1 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do



CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais de Minas Gerais

Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, a diferença poderá ser descontada da garantia contratual, quando houver, ou cobrada judicialmente.

15.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento da comunicação expedida pela autoridade competente.

15.5 A aplicação das sanções será formalizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

15.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, hipótese em que todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica poderão ser estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a prévia análise jurídica.

15.9 O Contratante deverá informar e manter atualizados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, os dados relativos às penalidades aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep.

15.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.11 Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, decorrentes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo mesmo órgão ou entidade, oriundos deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



16 – EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

16.1.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

16.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.3.3 Indenizações e multas.

16.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

17 – CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprio.

18.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Conta nº 6.2.2.1.1.01.02.01.003;



b) Centro de Custo nº 2.05.01.001.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública da Dispensa de Licitação no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

19.3 Todas as referências de tempo no Termo de Referência, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado desta Dispensa de Licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de Dispensa de Licitação.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

19.10 O Termo de Referência, juntamente com seus anexos, está disponível integralmente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e também no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

19.11 Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.11.1 Anexo I – Mapa Estimativo de Preços;

19.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato.

Renato Lemos Borges
Presidente
CRT-MG



CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais de Minas Gerais

Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

ANEXO I





CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais de Minas Gerais

Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

MAPA ESTIMATIVO DE PREÇOS





CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos Industriais de Minas Gerais

Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

MAPA ESTIMATIVO DE PREÇOS

ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A pesquisa de preços poderá ser realizada observando as orientações contidas nos artigos 23 e 74 da lei nº 14.1333/2021 e nos parâmetros contidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, no que diz respeito à pesquisa de preços, tendo sido todo o processo de pesquisa consolidado no presente documento.

Realizamos a consulta de preços conforme o **item 4** especificado abaixo, a fim de comparar os valores do objeto a ser contratado.

Item 1 - inciso I do art.5º da IN 65/21 (composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente)

Item 2 – inciso II do art.5º da IN 65/21 (contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente).

Item 3 – inciso III do art.5º da IN 65/21 (dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso).

Item 4 – inciso IV do art.5º da IN 65/21 (pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital). – Obs.: Não poderá ocorrer contratação por inexigibilidade para esse item, nos termos do §3º do Art.7º da IN 65/21.

Item 5 – inciso V do art.5º da IN 65/21 (pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia).

Item 6 – §1º do art.7º da IN 65/21 (Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo).



CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos Industriais de Minas Gerais

Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

Item 7 – §2º do art.7º da IN 65/21 (Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido).

Abaixo se encontra tabela com os dados referentes a pesquisa de preços nos termos acima:

EMPRESA	LD DIGITAL	CERTIFICADORA MARQUES	CERTCODE	ATENA	CERTMIDIA
CNPJ	20.429.692/0001-40	10.369.086/0001-88	27.510.943/0001-10	15.074.920/0001-21	09.155.925/0001-86
DATA	08/04/2026	08/04/2026	14/04/2026	14/04/2026	14/04/2026
VALOR UNITÁRIO E-CPF	R\$ 260,00	R\$ 180,00	R\$ 169,00	R\$ 125,00	R\$ 309,00
VALOR UNITÁRIO E-CNPJ	R\$ 280,00	R\$ 250,00	R\$ 199,00	R\$ 118,00	R\$ 359,00
QUANTIDADE E-CPF	30 (trinta) unidades				
QUANTIDADE E-CNPJ	03 (três) unidades				
VALOR TOTAL	R\$ 8.640,00	R\$ 6.150,00	R\$ 5.667,00	R\$ 4.104,00	R\$ 10.347,00

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO*: R\$ 6.150,00 (seis mil cento e cinquenta reais).

**Na determinação do valor total estimado foi utilizado como critério a mediana dos valores totais dos orçamentos.*



CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais de Minas Gerais

Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

ANEXO II





CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos Industriais de Minas Gerais

Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS

Processo nº 020/2026

CONTRATO Nº xxx/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A AUTARQUIA, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS - CRT-MG E A EMPRESA (informar o nome da empresa)

A Autarquia por intermédio do Conselho Regional dos Técnicos Industriais de Minas Gerais – CRT-MG, com sede na av. Portugal nº 1.080, bairro Jardim Atlântico, na cidade de Belo Horizonte /MG, inscrita no CNPJ sob o nº 32.580.400/0001-00, neste ato representado pelo Presidente Sr. Nilson da Silva Rocha, nomeado pelo Termo de Posse, registro nº 1293728, de 09 de janeiro de 2022 e ata nº 006/2022, de 01 de junho de 2022, doravante denominado CONTRATANTE, a empresa (informar o nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxx, sediada na (endereço completo) doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por (nome do representante legal), sócio administrador, tendo em vista o que consta no Processo nº 020/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Dispensa de Licitação Eletrônica nº 010/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de “informar o objeto da contratação” nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	R\$ unit.	R\$ total
01	Objeto da contratação <u>Características Mínimas:</u> 1) xxxx: xxxxx.	Serv.	01		



1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do contratado;

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. Da vigência e prorrogação, e demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. O critério da subcontratação e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. O critério de reajuste e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais de Minas Gerais

Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Obrigações do Contratante encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Obrigações do Contratado encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Das Garantias e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. As infrações e sanções administrativas do Contratado encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprio:

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. **Conta:**

II. **Centro de Custo:**

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).



CRT-MG

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais de Minas Gerais

Av. Portugal, 1080 - Jardim Atlântico
CEP 31560-000 - Belo Horizonte - MG
E-mail: atendimento@crtmg.gov.br
Fone: (31) 3166-0932

www.crtmg.gov.br

15.2. contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#)..

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Belo Horizonte, xx de xxx de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-